

Demonstrações Financeiras

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

31 de dezembro de 2013 e 2012

com Relatório dos Auditores Independentes

www.audisaauditores.com.br
audisa@audisaauditores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaauditores.com.br

16/junho/2014

À FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

At.: DIRETORIA

**Ref.: Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Prezado senhor (a),

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 da FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Atenciosamente,



Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

www.audisaaudidores.com.br
audisa@audisaaudidores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaaudidores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaaudidores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaaudidores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaaudidores.com.br

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES.....	4
---	---

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

www.audisaaudidores.com.br
audisa@audisaaudidores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaaudidores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaaudidores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaaudidores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaaudidores.com.br

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Relatório dos auditores independentes

A
Diretoria

- 1) Examinamos as demonstrações contábeis da **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
- 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:**
A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
- 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

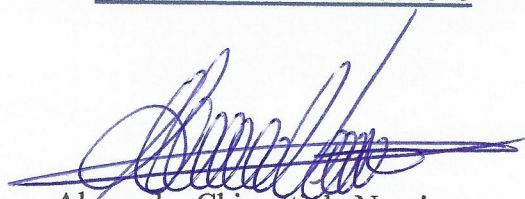
www.audisaauditores.com.br
audisa@audisaauditores.com.br



- 4) **Base para opinião com ressalva:** As despesas com depreciações dos bens imobilizados estão sendo reconhecidas através de taxas anuais fixadas pela legislação fiscal, calculadas sobre os saldos contábeis das contas ativo imobilizado, ao invés de se tomarem como base o tempo de vida útil estimada daqueles bens conforme determina a Resolução CFC nº 1.177/09 NBC TG 27 Ativo imobilizado. A Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações Contábeis de 2013.
- 5) **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

São Paulo - SP, 16 de junho 2014.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3



Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador

CRC/SP 187.003/ O- 0

CNAI – SP – 1620

www.audisaauditores.com.br
audisa@audisaauditores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaauditores.com.br

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Descrição	Nota	2013	2012	Descrição	Nota
Ativo circulante				Passivo circulante	
Caixa e equivalente de caixa	5	755.828	1.356.418	Obrigações trabalhistas	
Recebíveis		19.662	250.916	Obrigações tributárias	
Tributos a recuperar		11.941	-	Contas a pagar	
Total do ativo circulante		787.431	1.607.334	Projeto Ministério da Justiça	9
				Total do passivo circulante	63.573
Ativo não circulante				Passivo não circulante	
Depósito em caução/judicial	6	32.709	34.374	Obrigações tributárias	
Créditos diversos		18.767	18.967	Contingência Ministério da Justiça	6
Imobilizado líquido	7	49.274	58.668	Total do passivo não circulante	32.709
Intangível líquido	8	3.542	5.474		
Total do ativo não circulante		104.293	117.483	Patrimônio líquido	
				Patrimônio Social	10
				Superávit do exercício	10
				Total do patrimônio líquido	795.441
Total do ativo		891.724	1.724.817	Total do passivo e do patrimônio líquido	891.724
					1.724.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Samira Bueno Nunes
Secretária-Executiva
CPF: 347.397.468-40

Andreia Marcelli
Contadora
CPF: 135.692.438-77
CT/CRC: 1SP213188/0-1

Demonstração do resultado do período - exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Descrição	Nota	2013	2012
Receita Operacional			
Doações	14	1.064.618	574.614
Prestação de Serviços		406.332	721.772
Anuidades		26.313	116.767
Outras Receitas		332.347	-
Projeto Ministério da Justiça	9	1.052.171	1.393.946
(=) Total de receitas operacionais		2.881.782	2.807.099
(-) Impostos incidentes		43.270	76.472
(=) Receita operacional líquida		2.838.511	2.730.628
(+/-) Despesas Operacionais			
Despesas com pessoal		1.271.059	391.463
Despesas administrativas		299.682	349.512
Despesas tributárias		3.907	7.913
Despesas do Projeto Ministério da Justiça		1.052.171	1.393.946
Provisão de Contingência Ministério da Justiça		-	356.193
Outras Despesas/Receitas operacionais		4.264	-
(=) Total das despesas		2.622.555	2.499.027
(=) Result. antes dos Encargos financeiros		215.956	231.601
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras		8.837	3.721
Receitas financeiras		36.415	42.681
(=) total do resultado financeiro líquido		27.578	38.960
(=) Superavit do exercício		243.534	270.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Samira Bueno Nunes
Secretária-Executiva
CPF: 347.397.468-40

Andreia Marcelli
Contadora
CPF: 135.692.438-77
CT/CRC: 1SP213188/0-1

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

	Patrimonial Social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31/12/2011	436.933	(155.586)	281.347
Transferência do déficit do exercício anterior	(155.586)	155.586	0
Superavit do exercício		270.561	270.561
Saldos em 31/12/2012	281.346	270.562	551.908
Transferência do superávit do exercício anterior	270.562	(270.562)	0
Superavit do exercício		243.534	243.534
Saldos em 31/12/2013	551.908	243.534	795.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Samira Bueno Nunes
Secretária-Executiva
CPF: 347.397.468-40

Andreia Marcelli
Contadora
CPF: 135.692.438-77
CT/CRC: 1SP213188/0-1

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 (Em reais)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

	2.013	2.012
Das atividades operacionais		
Déficit/Superávit do exercício	243.534	270.561
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
(+) Depreciações e amortizações	15.497	15.940
Decréscimos (acréscimos) em ativos		
Clientes	231.254	(212.549)
Adtos Diversos	(3.895)	3.895
Deposito Caução/Judicial	-	(18.767)
Despesas Antecipadas	-	30.000
Outros Recebíveis	(6.181)	(4.402)
(Decréscimos) acréscimos em passivos		
Obrigações trabalhistas	(30.805)	(18.013)
Obrigações tributárias	-	2.518
Contas a pagar	18.896	(10.411)
Projeto Ministério da Justiça	(1.052.171)	920.541
Impostos e recolher Contribuições a recolher	(12.547)	3.208
Contingencia Ministerio da Justiça	-	(251.879)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(596.419)	730.642
Atividades de investimentos		
Aquisições ativo imobilizado	(4.171)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.171)	-
(Diminuição)Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(600.590)	730.642
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	1.356.418	625.776
No final do exercício	755.828	1.356.418
(Diminuição)Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(600.590)	730.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Samira Bueno Nunes
Secretária-Executiva
CPF: 347.397.468-40

Andreia Marcelli
Contadora
CPF: 135.692.438-77
CT/CRC: 1SP213188/0-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

O “Fórum Brasileiro de Segurança Pública” é uma associação de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de idéias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da Sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- ✓ Manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- ✓ Realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- ✓ Produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- ✓ Realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- ✓ Articulação de parcerias com Entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- ✓ Outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2013, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. Formalidade da Escrituração Contábil Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas do "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica- contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TB 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores

contabilizados neste sub grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

c) Clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

d) Estimativa para Crédito de Liquidação Duvidosa: A Administração da entidade considera que o saldo da conta cliente será totalmente recebido, sendo assim, optou por não registrar essa estimativa.

e) Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 7 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC – TG 27)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

f) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Provisões –** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

h) Provisão de Férias e Encargos: Foram Provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

j) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

k) Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. Caixas e Equivalentes de Caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	6.969	3.809
Bancos	86.503	12.247
Aplicações Financeiras	662.356	1.340.362
Total	755.828	1.356.418

6. Depósitos Judiciais

Corresponde a processo judicial relativo à cobrança do ISS. Em virtude da cobrança em duplicidade do ISS sobre a prestação de serviços realizados no Município de Canoas-RS, a entidade resolveu ingressar com uma ação judicial, solicitando ao juízo a definição do local de recolhimento do ISS (Município de São Paulo/SP ou de Canoas/RS).

Ressaltamos que até o presente momento não houve o julgamento.

Descrição	2013	2012
Obrigação tributária - ISS	32.709	32.709
Depósitos Judiciais	(32.709)	(32.709)
Saldo	0,00	0,00

7. Imobilizado líquido

<i>Descrição</i>	<i>% - Taxa de depreciação</i>	2013		2012	
		<i>Custo</i>	<i>Depreciação</i>	<i>Imobilizado líquido</i>	<i>Imobilizado líquido</i>
<i>Máquinas e equipamentos</i>	10	2.100	(1.492)	608	818
<i>Móveis e utensílios</i>	10	31.095	(15.911)	15.184	18.294
<i>Instalações</i>	10	14.371	(4.824)	9.547	10.985
<i>Equipamentos de processamento de dados</i>	20	68.010	(45.712)	22.298	26.040
<i>Equipamentos telefônicos</i>	10	3.301	(1.663)	1.638	1.968
<i>Outros Equipamentos</i>	10				563
Total		118.879	(69.605)	49.274	58.668

8. Intangível

<i>Descrição</i>	<i>% - Taxa de amortização</i>	2013		2012	
		<i>Custo</i>	<i>Amortização</i>	<i>Imobilizado líquido</i>	<i>Imobilizado líquido</i>
<i>Direitos de uso de software</i>	20	12.039	(8.497)	3.542	5.474
Total		12.039	(8.497)	3.542	5.474

9. Projeto Ministério da Justiça

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Fórum Brasileiro em parceria com o Ministério da Justiça realizou uma série de pesquisas e estudos para subsidiar a elaboração e o monitoramento das políticas públicas de segurança no Brasil. Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

Descrição	R\$	
	2013	2012
<i>Saldo anterior</i>	1.052.331	131.791
<i>Repasses recebidos do Ministério da Justiça</i>		2.259.259
<i>Gastos com custeio das atividades</i>	1.052.171	(1.393.946)
<i>Ingressos (Receitas Financeiras)</i>		55.227
<i>Recursos recebidos e ainda não gastos</i>	160	1.052.331

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

10. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período (superávit) ocorrido.

11. Do Superávit do Exercício

O Superávit do exercício de 2013 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14, que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

12. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.

13. Imunidade Tributária

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

14. Doações

A Entidade recebeu doações de pessoas física e/ou jurídicas. No exercício de 2013 a entidade recebeu o montante de R\$ 1.064.618,17 (R\$ 574.613,62)

15. Seguros

A entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

16. Contingencias

16.1 Tributária

Consignação em pagamento ajuizada em face do Município de São Paulo e Canoas/RS, discutindo competência tributária relativa ao ISS incidente no contrato de prestação de serviços oriundo do contrato de treinamento/assessoria celebrado com a Prefeitura de Canoas/RS.

Em 19/05/2011 julgou-se procedente a consignação, reconhecendo a competência tributária da municipalidade de Canoas/RS para a cobrança do ISS incidente sobre a prestação do serviço referente ao contrato n. 085/2010, determinando a conversão dos depósitos em renda ao trânsito em julgado. Em 23/05/2011, protocolado Embargos de Declaração em nome do FBSP visando obter apreciação quanto aos valores a serem levantados futuramente pela Municipalidade de Canoas, tendo em vista que os depósitos foram feitos com a alíquota do ISS de São Paulo. Em 31/08/2011, acolhidos os EDecl para anotar que, transitada em julgado a sentença, 45% dos valores depositados deverão ser levantados pela Autora, devendo ser convertido em renda o percentual de 55%. Em

16/01/2012, diligência a PMSP para requerer o desbloqueio da emissão de nota fiscal eletrônica. Recebido o Recurso de Apelação da PMSP, apresentamos Contrarrazões. E, por fim, em 20/07/2012 os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça, onde se encontram até o momento, para processamento do recurso interposto. Aguarda-se julgamento do Recurso de Apelação, sob relatoria do Des.Erbetta Filho.

Com base na posição dos assessores jurídicos da entidade os valores envolvidos não foram estimados e o prognóstico de perda foi considerado possível.

São Paulo, 31 de dezembro de 2013.

SAMIRA BUENO NUNES

C.P.F. 34739746840

R.G. 43880269-X

SECRETARIA GERAL

ANDREIA MARCELLI

C.R.C. 1SP213188/O-1

C.P.F. 24357162815 R.G. 4.522.417

CONTADORA